



MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 - INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Processo GRP n.º 2025/31612 e PROA n.º 25/8050-0020014-8

2 - DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

Portaria N.º 188.389, 22 de Abril de 2025

3 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A aquisição de materiais médico-hospitalares respiratórios é essencial para suprir as necessidades no atendimento do SAMU. Estes materiais serão utilizados no SAMU, auxiliando os profissionais na resolução dos problemas de saúde dos pacientes, sendo, desse, modo, elementos essenciais para a execução, com qualidade, eficiência e rapidez no atendimento à população.

4 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO:

O objeto, ora licitado, se enquadra na descrição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por Edital, por meio de especificações usuais do mercado (art. 1º da Lei n.º 10.520/02 c/c o art. 1.º, do Decreto Municipal n.º 19.078/17).

Para o atendimento das necessidades da contratação será adotado o Pregão Eletrônico, este fundamenta-se no art. 6º, inciso XXII, da Lei n.º 14.133/21, pois se trata de objeto com quantitativos já estipulados. As entregas serão parceladas, devido ao quantitativo para armazenamento e as validades dos produtos.

Os quantitativos, previsto com base no histórico de consumo e nas solicitações dos serviços, são os necessários para suprir os o atendimento à população pelo período de 12 (doze) meses.

A proposta deverá ser entregue com a MARCA e o FABRICANTE dos itens ofertados, sendo que A licitante deverá ofertar apenas uma marca e fabricante por item.

A Proposta deverá ser acompanhada de:

I - Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), expedida pela ANVISA, em situação ativa, em nome da licitante.

II - Certificado de Registro dos materiais, expedido pelo Ministério da Saúde, em vigor, onde conste o número e a validade do registro, denominação do material, nome e número do CNPJ do fabricante. No caso de isenção de registro, deverá ser comprovado por meio de documento oficial.

III – Alvará de Saúde, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal, em nome da licitante. A documentação exigida poderá ser:

a) Original ou cópia legível;

b) Publicação no Diário Oficial da União (com resolução e data de publicação visíveis): original ou cópia legível ou documento obtido por meio do site do Diário Oficial da União, na internet.

c) Documento expedido pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária (ANVISA): original ou cópia legível ou documento obtido por meio do site da ANVISA, na internet.



MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL

O prazo de entrega do objeto deverá ocorrer conforme cronograma, especificado no Termo de Referência

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Para a contratação objeto deste Estudo foram analisados processos similares feitos por outros Órgãos e Entidades por meio de pesquisas no âmbito de pregões e contratações públicas através do Banco de Preços com o objetivo de identificar a metodologia utilizada que melhor atenda as necessidades da Administração Pública desta Municipalidade.

As contratações referem-se a itens iguais ou similaridades ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar, contudo o objetivo principal é atestar que numa breve pesquisa com outros Órgãos a modalidade mais utilizada para o objeto em questão é o Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.

Em relação as possíveis formas de contratação, poderia se observar: Buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão; registrar intenção de registro de preços junto a outro órgão, na condição de participante ou realizar licitação própria. Não foi encontrada ata de registro de preços disponível para a realização de adesão com todos os produtos necessários elencados neste processo. Não foi encontrada intenção de registro de preços disponível para participação, neste período. Portanto é possível a realização de licitação, coordenada pela Central de Licitações do Município.

Optou-se pelo fornecimento parcelado, onde os produtos adquiridos via licitação serão fornecidos de forma parcelada, ao longo dos 12 meses do ano, a fim de otimizar o espaço de armazenamento, além de garantir a validade dos produtos. Quando um processo é iniciado, ele leva em consideração a estimativa de consumo para todo o ano.

6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A motivação pela escolha do Pregão Eletrônico para este processo licitatório se dá pelas características do objeto enquadram-se na classificação de bens comuns, e o objeto possui padrões de desempenho e qualidade que pode ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da homologação do pregão eletrônico. A contratação se dará por meio de contrato tendo em vista que a entrega será parcelada. As empresas licitantes, adjudicatárias e contratadas estarão sujeitas às penalidades previstas em lei. De posse do empenho, a contratada que terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos para a entrega do material empenhado.

A necessidade encontra-se demonstrada no item 3 do presente Estudo Técnico Preliminar – ETP, sendo que os requisitos da contratação foram elencados no item 4 do presente ETP e as possíveis soluções foram analisadas no item 5 do presente ETP.

7 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

Os quantitativos, previsto com base no histórico de consumo e nas solicitações dos serviços, são os necessários para suprir os o atendimento à população pelo período de 12 (doze) meses.

Item	Código	Descrição abreviada do Item	Un.	Quant.
1	54736	ASPIRADOR DE SECREÇÕES DE VIAS AÉREAS PARA REDE CANALIZADA DE O²	Un.	1
2	50613	ASPIRADOR DE SECREÇÕES MANUAL TIPO RES-Q-VAC	Un.	6
3	54709	BALÃO RESERVATÓRIO DE OXIGÊNIO	Un.	40

Atualizado em 09/05/25 Rua Alfredo Chaves, n.º 1.333 - Bairro Exposição - CEP: 95.020-460 - Caxias do Sul (RS)

Fone: (54) 3218.6000



MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL

4	70187	CONECTOR DE EXPIRAÇÃO	Un.	4
5	66422	VÁLVULA DO PACIENTE ADULTO	Un.	20
6	66423	VÁLVULA DO PACIENTE COMPLETA COM VÁLVULA LIMITADORA DE PRESSÃO PEDIÁTRICO	Un.	4
7	60950	FILTRO MICROBIANO PARA ASPIRADOR MD	Un.	80
8	50616	FLUXÔMETRO DIGITAL PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO	Un.	40
9	60949	FRASCO COLETOR PARA ASPIRADOR MD	Un.	15
10	53463	KIT PARA NEBULIZAÇÃO TAMANHO ADULTO	Un.	20
11	53464	KIT PARA NEBULIZAÇÃO TAMANHO PEDIÁTRICO	Un.	30
12	51309	MÁSCARA DE ALTA CONCENTRAÇÃO DE OXIGÊNIO ADULTO	Un.	160
13	51310	MÁSCARA DE ALTA CONCENTRAÇÃO DE OXIGÊNIO PEDIÁTRICA	Un.	80
14	70188	MÁSCARA FACIAL EM SILICONE TAMANHO 2	Un.	4
15	70189	MÁSCARA FACIAL EM SILICONE TAMANHO 0	Un.	4
16	66419	MÁSCARA FACIAL EM SILICONE PARA RESSUSCITADOR PULMONAR MARCA AMBU MARK IV – TAMANHO ADULTO	Un.	12
17	50574	RESSUSCITADOR PULMONAR MANUAL USO ADULTO	Un.	24
18	50566	RESSUSCITADOR PULMONAR MANUAL USO NEONATAL E PEDIÁTRICO	Un.	20
19	70190	SENSOR DE FLUXO ADULTO/PEDIÁTRICO - PR4	Un.	5
20	70191	SENSOR DE FLUXO ADULTO/PEDIÁTRICO - PR5	Un.	5
21	70192	SENSOR DE FLUXO NEONATAL - PR4	Un.	3
22	70193	SENSOR DE FLUXO NEONATAL - PR5	Un.	3
23	70194	SENSOR DE FLUXO PROXIMAL ADULTO	Un.	2
24	70195	SENSOR DE FLUXO PROXIMAL PEDIÁTRICO	Un.	2
25	53483	VÁLVULA REGULADORA DE OXIGÊNIO DUPLO ESTÁGIO	Un.	2

8 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

A estimativa de valor pormenorizada desta contratação consta em documento específico denominado "Coleta de Estimativas", juntado aos autos do processo supracitado no tópico 1º deste ETP.

9 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

Não haverá o parcelamento do objeto em grupos.

10- JUSTIFICATIVA PARA INADMISSÃO DE CONSÓRCIOS

A Lei nº 14.133/2021 tem como regra a permissão à participação de consórcios, inclusive quando o instrumento for omisso sobre o tema. A Administração Pública, quando não permitir a participação de licitantes em consórcios, deve motivar essa decisão, justificando as razões para tanto.



MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL

O ato convocatório poderá admitir ou não a participação de consórcio, sendo essa escolha um ato discricionário da Administração Pública, o que evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas. Por este motivo, a Autoridade Licitante, dentro do poder discricionário de melhor conveniência e oportunidade decidirá pela vedação ou não à participação de empresas em regime de consórcio.

A admissão de participação de consórcio faz-se necessária quando em razão das circunstâncias do mercado e/ou a complexidade do objeto tornam problemática a competição, ou seja, quando parcela significativa de empresas, isoladamente, não dispuser de condições para participar da licitação. Dessa forma, a participação de empresas reunidas em consórcio ampliará o universo de licitantes, pois possibilitará a junção de 2 ou mais empresas para realização de determinado objeto. (Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas, 2021).

A jurisprudência do TCU traz entendimento que a formação de consórcio tanto pode fomentar a concorrência, como cerceá-la. Ou seja, a vedação ou a admissão de consórcio em licitação dever ter em vista possibilitar maior concorrência, que conforme o caso concreto pode ocorrer em uma ou outra situação (...) (Acórdão TCU 2.813/2004 e 1.782/2009).

Com relação a presente contratação, a vedação à participação de interessadas, que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, se justifica na medida em que nas contratações de bens e serviços comuns, tendo em vista a proporção da demanda do Município, é perfeitamente pertinente e compatível com empresas que atuam em todo território nacional, empresas essas que possuem condições suficientes para a execução de objetos dessa natureza, o que não tornará restrito o certame a um pequeno número de empresas.

11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Não constam.

12 - DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO – PAC:

Até o momento não há previsão com relação ao Plano Anual de Contratações que ainda será implementado.

13 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

Pretende-se contratar os itens descritos neste ETP pelo menor preço, até o limite do preço unitário máximo estimado, com a qualidade, especificações e exigências descritas no Termo de Referência, com vista a garantir a não interrupção do fornecimento de insumos imprescindíveis para a realização dos atendimentos aos usuários do Sistema Único de Saúde

14 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Não serão necessárias providências a serem adotadas.



25805000200148



MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL

15 - IMPACTOS AMBIENTAIS:

Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente embalagens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras e cujo processo de fabricação observe os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

Os licitantes devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada com o menor volume possível, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Os licitantes devem optar, quando possível, por produtos constituídos por materiais naturais. A Secretaria da Saúde de Caxias do Sul possui contrato com empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento, processamento e destinação final de Resíduos de Serviço de Saúde. Sendo assim, os materiais a serem adquiridos potencialmente infectados e/ou contaminados após o seu uso, receberão tratamento adequado, minimizando os riscos de contaminação ao meio ambiente.

16 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Caxias do Sul, 29 de agosto de 2025.

Robson Rizzon Mota – 30.836
Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar - ETP
(ou Equipe de Planejamento instituída por Portaria ou Ordem de Serviço)